

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR:

A experiência do Ciclo Orçamentário

Agosto de 2013

Participação popular no Legislativo: a trajetória da Assembleia de Minas

- Década de 80:
 - Crise de legitimidade vivenciada pelo Legislativo mineiro, comprovada pelo alto índice de renovação dos deputados nas eleições de 86 (cerca de 65%) e pelas pesquisas de opinião, levou a um processo de reorganização institucional com vistas a aproximar o Legislativo do cidadão e estabelecer canais de interlocução e de participação política da sociedade civil no interior do parlamento.
 - 1989 - Promulgação da Constituição Estadual: estabelece o projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por, no mínimo, dez mil eleitores do Estado, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída.

Participação popular no Legislativo: a trajetória da Assembleia de Minas

- Década de 90
- Reforma administrativa e criação da Escola do Legislativo com vistas a constituir um corpo técnico qualificado.
- Democratização da informação e instituição de novos mecanismos de comunicação como a TV Assembleia e a implantação do Centro de Atendimento ao Cidadão.

Participação popular no Legislativo: a trajetória da Assembleia de Minas

- ❑ Modificações regimentais propiciam a incorporação da sociedade no processo legislativo:
 - inclusão dos cidadãos como proponentes de projetos de lei;
 - audiências de comissões passam a ter caráter efetivamente público, podendo ser propostas e discutidas por entidades interessadas;
 - criação dos eventos institucionais (Seminários Legislativos, Fóruns Técnicos e Ciclos de Debates) que permitem a interlocução com a sociedade e a definição da agenda pública.

Participação popular no Legislativo: a trajetória da Assembleia de Minas

❑ 2003

➤ **Criação da Comissão de Participação Popular através da Resolução nº 5.212/2003.**

❑ **Objetivos:**

➤ Propiciar e ampliar a participação direta do cidadão nos trabalhos legislativos e ampliar o diálogo entre o Estado e a sociedade;

➤ Conferir maior transparência às ações públicas e fortalecer o controle social.

Comissão de Participação Popular: afirmação de direitos e interlocução com a sociedade

- Competências da CPP conforme Deliberação 2.333/2003:
 - Receber e encaminhar propostas de ação legislativa, como requerimentos de informações oficiais a órgãos públicos e autoridades, emendas a projetos de lei em tramitação, projetos de lei, audiências públicas;
 - Acompanhar a tramitação de propostas de ação legislativa apresentadas pela sociedade;

As propostas de ação legislativa podem ser apresentadas por sindicatos, ONGs, associações profissionais e comunitárias, conselhos ou qualquer entidade legalmente constituída, exceto partido político com representação na Assembleia Legislativa.

Comissão de Participação Popular: afirmação de direitos e interlocução com a sociedade

- ❑ Competências da CPP conforme Deliberação 2.333/2003:
 - Apreciar sugestões para aprimorar os trabalhos legislativos;
 - Promover estudos, pesquisas e debates ou realizar consultas públicas sobre assuntos de interesse geral;
 - Realizar audiência pública para discussão e apreciação dos projetos de lei do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA), no prazo de 30 dias após o seu recebimento pela ALMG.

Participação popular no processo do planejamento público: dinâmica

- A CPP priorizou em sua pauta, desde 2003, o debate público das leis orçamentárias permitindo a incorporação de emendas populares ao Planejamento e ao Orçamento do Estado.
- O processo de tramitação das leis orçamentárias tornou-se mais complexo demandando uma estrutura técnica e dinâmica próprias, com a participação ativa de atores relevantes como a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e os gestores governamentais.
- Atualmente todas as comissões permanentes, em conjunto com a CPP, realizam as audiências públicas de discussão das leis orçamentárias.

Participação popular no processo do planejamento público: dinâmica

Primeiro momento: diálogo com a sociedade

Realização de audiências públicas com apresentação dos programas prioritários pelo Governo do Estado. Neste momento, a sociedade civil manifesta oralmente e subscreve sugestões populares.

Toda sugestão popular é transformada em proposta de ação legislativa para devida tramitação no processo legislativo.

Segundo momento: análise técnica e política

Toda proposta de ação legislativa recebe parecer com relação a sua viabilidade técnica e financeira. Este momento, reúne parlamentares, consultores da ALMG, Secretaria de Planejamento e Gestão e técnicos do Governo do Estado.

Participação popular no processo do planejamento público: dinâmica

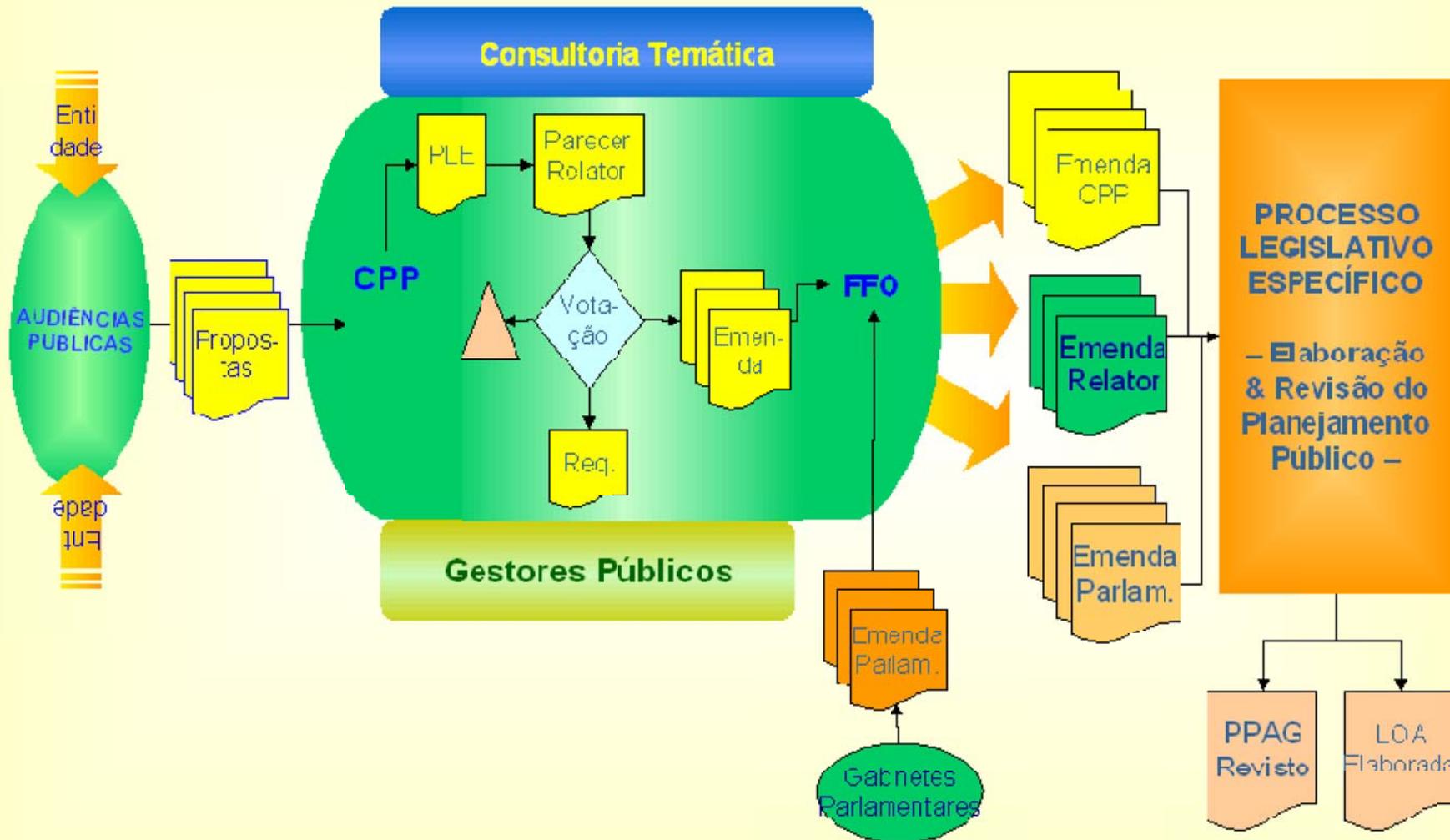
Terceiro momento: aprovação das PLES

Os pareceres são apreciados, pela Comissão de Participação Popular, e aprovados na forma de requerimentos aos órgãos públicos ou emendas às leis orçamentárias. As emendas são votadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e encaminhadas para a votação final no Plenário.

Quarto momento: monitoramento de políticas públicas

Acompanhamento da execução das políticas públicas por meio de audiências das comissões permanentes da ALMG.

Participação popular na discussão e revisão do Planejamento Público



Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- Os resultados do processo participativo demonstram o potencial da participação do cidadão nos espaços de representação política, aprimoram o planejamento das ações governamentais e afetam positivamente as políticas públicas.
- Foram realizadas audiências públicas em algumas regiões do Estado e na capital para discussão e revisão do PPAG, envolvendo a participação de mais de 7.000 pessoas entre lideranças sociais e políticas, trabalhadores, gestores, entidades sociais, sindicatos, conselhos setoriais e fóruns de políticas públicas.
- Foram aprovadas 1106 emendas populares nas peças orçamentárias, mobilizando cerca de R\$128 milhões para as políticas públicas.

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

Ano	Emendas ao PPAG	Emendas à LOA	Recursos mobilizados
2003 - elaboração PPAG 2004-2007	32	23	4,4 milhões
2004 - revisão do PPAG LOA 2005	34	39	4,5 milhões
2005 - revisão do PPAG LOA 2006	34	40	7,5 milhões
2006 - revisão do PPAG, LOA 2007	18	28	4,0 milhões
2007 - elaboração PPAG 2008-2011	72	27	9,6 milhões
2008 - revisão do PPAG LOA 2009	128	51	11,5 milhões
2009 - revisão do PPAG LOA 2010	99	80	14,1 milhões
2010 - revisão do PPAG LOA 2011	82	60	20,7 milhões
2011- elaboração PPAG 2012-2015	81	25	25,5 milhões
2012- Revisão do PPAG LOA 2013	80	73	26,4 milhões
Total	660	446	128,3milhões

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- Exemplos de emendas populares aprovadas:
 - instituição de audiências públicas para revisão anual do PPAG;
 - instituição de audiências públicas para monitoramento do PPAG;
 - inclusão de novo projeto estruturador de cunho social voltado para a proteção social de famílias vulnerabilizadas. Co-financiamento de CRAS e CREAS e antecipação do Piso Mineiro de Assistência Social (proposta Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade);

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- Exemplos de emendas populares aprovadas:
 - inclusão da alimentação escolar para o ensino médio (proposta do Parlamento Jovem);
 - proteção à crianças e adolescentes ameaçados de morte;
 - apoio às associações de catadores de material reciclável e bolsa reciclagem (proposta do Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade);
 - apoio à comercialização e feiras regionais de economia popular solidária;
 - saúde e esporte indígenas.
 - realização do Festivale: festival cultural do Vale do Jequitinhonha

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- aperfeiçoou as práticas democráticas e a relação estabelecida entre o Executivo, Legislativo e sociedade, exigindo um processo de escuta e negociação intensos;
- propiciou aproximação da sociedade ao Estado e permitiu a expressão das preferências, aprimorando a interlocução entre os diversos atores;
- constituiu um importante espaço de discussão e negociação da agenda governamental, afetando positivamente às políticas sociais;
- conferiu transparência às peças orçamentárias e fortaleceu o exercício da cidadania;

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- fomentou a necessidade da avaliação e do monitoramento das políticas públicas como instrumentos imprescindíveis para a eficácia, eficiência e efetividade das ações governamentais;
- exigiu a institucionalização de espaços de formação possibilitando o exercício mais qualificado da participação política e reduzindo a assimetria informacional existente entre governantes e governados.

Os movimentos sociais, que historicamente estiveram à margem das decisões governamentais, encontram nesse espaço uma oportunidade para influírem no processo de tomada de decisão, vocalizarem suas demandas e incluí-las na agenda pública

Participação popular no processo do planejamento público: resultados

- ampliação dos recursos públicos e aprimoramento das políticas sociais;
- publicização de informações governamentais estratégicas como metas físicas, financeiras e execução orçamentária das políticas públicas;
- apropriação das ferramentas do planejamento público pelos movimentos sociais e desenvolvimento de metodologias de acompanhamento da execução orçamentária;
- criação de sistema de acompanhamento das políticas públicas pelo Governo do Estado, Assembleia Legislativa e movimentos sociais. Lançamento do Portal “Políticas Públicas ao Seu Alcance” da ALMG.

Participação popular no processo do planejamento público: desafios

- Incorporação das emendas populares pelos gestores públicos no que diz respeito à assimilação de seus propósitos e na efetivação da sua execução;
- Ampliação da interiorização das audiências públicas, possibilitando a participação política em todas as regiões do Estado;
- Aperfeiçoamento do monitoramento das políticas públicas envolvendo as comissões permanentes da ALMG;
- Discussão participativa no processo de elaboração do planejamento público envolvendo os poderes Executivo e Legislativo, uma vez que participação política ocorre a partir de um plano previamente elaborado, cumprindo um papel complementar.

MUITO OBRIGADO!

Deputado André Quintão

Presidente da Comissão de Participação
Popular da Assembleia Legislativa de Minas
Gerais

dep.andrequintao.com.br

www.andrequintao.com.br